



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

CONSÓRCIO DOUTORAL

ISSN 1983-6783

EDUCAÇÃO OU ORIENTAÇÃO SEXUAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA (2006-2015)

Autor: Zuleika Leonora Schmidt Costa

Orientadora: Denise Quaresma da Silva

Resumo

Esta pesquisa, de cunho teórico, insere-se na linha de pesquisa de *Formação de professores, teorias e práticas educativas* do Programa de Pós-graduação - Doutorado em Educação do Centro Universitário La Salle (UNILASALLE, Canoas – RS). Tem como objetivo analisar os descritores Educação ou Orientação Sexual na Educação Básica no Brasil, presentes nas publicações realizadas em periódicos nacionais escritos em Língua Portuguesa no espaço temporal 2006-2015. O *corpus investigativo* será composto pelas publicações realizadas em periódicos nacionais na área de avaliação da Educação, escritos em Língua Portuguesa. A análise dos dados será realizada através da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1988). Os dados serão categorizados em eixos temáticos. Almejamos que esta pesquisa: a) constitua-se numa referência para outros pesquisadores, contribuindo para o avanço dos estudos no que se refere aos pressupostos veiculados em periódicos acerca da Educação ou Orientação Sexual presentes na Educação Básica no Brasil; b) sinalize para as tendências teóricas e respectivas abordagens na produção analisada, em termos de Educação ou Orientação Sexual, sinalizando para novas possibilidades discursivas em termos de aprofundamento do tema em pauta.

Palavras-chave: Educação sexual; Orientação Sexual; Gênero; Sexualidade.

Área Temática: Educação

1. Introdução

A proposta de investigação ora apresentada caracteriza-se por ser uma pesquisa, cujo procedimento é uma revisão sistemática. A pesquisa será de cunho teórico, insere-se na linha de investigação *Formação de professores, teorias e práticas educativas* do Programa de Pós-graduação - Doutorado em Educação do Centro Universitário La Salle (UNILASALLE, Canoas – RS) e focaliza-se em examinar quais os estudos sobre Educação ou Orientação Sexual presentes em publicações realizadas em periódicos nacionais escritos em Língua Portuguesa no espaço temporal da última década no período entre 2006 e 2015.

O problema de investigação é:

Quais os pressupostos sobre Educação Sexual ou Orientação Sexual presentes nas publicações realizadas em periódicos nacionais escritos em Língua Portuguesa, no período de tempo 2006-2015?

Em relação aos objetivos:

O estudo tem como objetivo geral analisar as publicações científicas no Brasil com os descritores Educação Sexual e Orientação Sexual, presentes em periódicos nacionais escritos em Língua Portuguesa na base de dados EDUCA, no período de 2006 a 2015, verificando o que se tem produzido sobre estes temas.

Em relação aos **objetivos específicos**, destacam-se:

- Mapear as publicações organizando-as por localização geográfica, principais autores citados e temas pesquisados;
- Analisar quais os conteúdos sobre Educação Sexual ou Orientação Sexual que são abordados pelos autores das produções analisadas;
- Verificar nos artigos científicos a produção, sobre os temas Orientação Sexual e Educação Sexual na Educação Básica brasileira.



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

CONSÓRCIO DOUTORAL

ISSN 1983-6783

2. Marco Teórico

Este estudo objetiva investigar, nos artigos publicados, como as discussões sobre gênero e sexualidade vem se apresentando a partir dos documentos legais como os PCNs (1997) e mais especificamente os PCN Temas Transversais Orientação Sexual - (1998). Altmann (2001) coloca que:

A criação do tema transversal Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) é outro indício da inserção deste assunto no âmbito escolar. O interesse do estado pela sexualidade da população torna-se evidente a partir desta proposta. De acordo com os PCNs, em virtude do crescimento de casos de gravidez indesejada entre adolescentes e do risco da contaminação pelo HIV, o tema Orientação Sexual criado como um dos temas transversais a ser trabalhados ao longo de todos os ciclos de escolarização (ALTMANN, 2001, p. 2).

Nos anos 50 do século XX, Simone de Beauvoir forjou a célebre frase: "Ninguém nasce mulher, torna-se mulher". Após este fato, percebe-se que o disparador para esta temática vem se avolumando e entende-se "como um conjunto de reflexões e teorizações, exuberante e fértil, polêmico e disputado, não só no campo do feminismo e dos estudos de gênero, como também no campo dos estudos da sexualidade" (LOURO, 2008, p.2). Dessa forma, as condições sexuais de ser homem ou mulher não estão dadas ou naturais, elas são sim construções histórica, sociais e culturais. Ou seja, a construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida e, mesmo que os corpos sejam nomeados como mulher ou homem, macho ou fêmea, essas denominações biológicas não são determinantes às classificações em Masculino e em Feminino.

Aponto que o aporte sobre as Masculinidades e as Feminilidades neste estudo segue na linha dos estudos feministas das últimas décadas para designar outra dimensão daquela apresentada na concepção gramatical, ou seja, de que feminino e masculino quer dizer pessoas de sexo diferentes no plano biológico e relaciona no sentido intrínseco do masculino com o feminino.

Scott (1995) descreve o conceito gênero a partir das feministas referindo-se à organização social entre os sexos e mais tarde passaram a usá-lo para enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções fundadas sobre sexo e rejeitar o determinismo biológico implícito nos termos "sexo". E ainda os estudos de gênero passaram a apontar para a necessidade de estudos sobre as *relações de gênero*, uma vez que a história das mulheres não pode ser vista separada da história dos homens.

O mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, não são esferas separadas, pois "gênero para designar relações sociais entre os sexos rejeita radicalmente explicações biológicas que encontram um denominador comum para diversas formas de subordinação feminina" (SCOTT, 1995, p.75). Desta forma, percebe-se que Scott (1995) reforça que o termo "gênero" torna-se, antes, uma maneira de indicar "construções culturais" a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Essas classificações, portanto, são sutis e sempre inacabadas. Isso torna esta temática complexa e permeada por condicionantes sociais, políticos e culturais que dão sentido a determinadas construções de gêneros e sexualidades.

Pretende-se, então, neste estudo, entender gênero e sexualidade como condições plurais que se inscrevem no interstício dos binarismos conceituais de masculino x feminino que apontam o que é da ordem de um, não pode ser da ordem do outro. É necessário que se remeta a masculinidades e a feminilidades, ou seja, para além de uma escolha de sexualidade e de gênero, o que se percebe é uma condição de fronteira tênue e borrada em que estas identidades provisórias se colocam.

Deve-se ressaltar que a escola, como também a família, igreja, instituições legais e médicas foram e continuam sendo importantes agentes de construção destas identidades de gênero e sexualidade na sociedade. Neste considerar-se-á então a escola como também formadora deste processo constitutivo. Entende-se que as crianças, mesmo pequenas, adolescentes e jovens levam consigo todos os anseios e as curiosidades para a escola, onde são manifestados através de atitudes ou questionamentos. Cabe a escola desenvolver uma ação



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

CONSÓRCIO DOUTORAL

ISSN 1983-6783

crítica, reflexiva e educativa, assim os educadores veem-se no dever de orientar seus alunos. Devem contribuir para que eles sejam melhores informados, além de orientá-los, complementando a educação oferecida pela família. Neste sentido, deve-se remeter aos PCNs¹ (1997), ao tema transversal de Orientação Sexual. Esses partem de uma proposta maior dos documentos curriculares norteadores que a partir de seu lançamento em 1997 seriam a referência para toda a educação escolar brasileira a partir da Educação Infantil até o Ensino Médio.

O principal objetivo dos PCNs - Temas Transversais (1997) é percorrer toda a área educativa do Ensino Fundamental e ser tratado por diversas áreas do conhecimento. O trabalho de Orientação Sexual, aqui mais analisado neste estudo, deve, portanto, ocorrer de duas formas: dentro da programação, através de conteúdos transversalizados nas diferentes áreas do currículo, e como extraprogramação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema.

Este documento pretende ser um balizador de proposições e orientações aos professores de como tratar estas questões de gênero e sexualidade na escola, e assim disseminar as concepções vividas na contemporaneidade que, mais do que nunca, são múltiplas. As possibilidades de viver os gêneros e as sexualidades ampliaram-se, multiplicaram-se. "As certezas acabaram. Tudo isso pode ser fascinante, rico e também desestabilizador. Mas não há como escapar a esse desafio. O único modo de lidar com a contemporaneidade é, precisamente, não se recusar a vivê-la" (LOURO, 2008, p.23).

Quando se trata da instituição escola do desenvolvimento de propostas educativas para os educadores acerca das questões que envolvem gênero e sexualidade na escola, percebe-se um movimento ainda tímido. Esta temática na sociedade ocidental se configura como um campo permeado de tabus, mesmo que esta temática esteja contemplada na legislação educacional e em outros documentos norteadores e propostas de formação de professores nos últimos anos, para atuarem com a diversidade cultural, racial, sexual entre outras nas escolas.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs publicados em 1997 e mais especificamente nos Temas Transversais, gênero aparece e é trabalhado no volume que trata da "Orientação Sexual"². O documento que versa sobre a temática está estruturado em duas partes. Na primeira justifica a inserção da temática no espaço escolar como um dos temas transversais devido ao aumento de doenças sexualmente transmissíveis e da gravidez indesejada na adolescência. Afirma, ainda, que "a demanda por trabalhos na área da sexualidade nas escolas aumentou devido à preocupação dos educadores" (BRASIL, 2000, p. 111). Nesta assertiva em relação às políticas e aos documentos de referência, convém ressaltar que, embora haja certo avanço em relação à questão de gênero e à sexualidade. As temáticas deveriam estar consideradas em todo o documento de forma mais clara, objetiva e prática.

Entende-se que os temas deveriam estar mais presente nos currículos dos professores (as), no formato de uma Educação ou Orientação Sexual, bem como nas práticas escolares de forma efetiva. Conforme Silva (2011, p. 206), "[...] embora os PCN's e os Temas Transversais, dentre eles a "Orientação Sexual", tenham sido aprovados há mais de dez anos, ainda hoje questões de gênero e sexualidade são pouco discutidas nas escolas". E, quando há essa discussão, só são trabalhadas as questões disciplinares, atuando como vigilância das práticas sexuais.

A maioria das propostas e intervenções dos docentes no trabalho nas escolas sobre sexualidade e gênero é usada para argumentar o que é ou não natural, como devem ser exercidas

¹ A Orientação Sexual na escola deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados. Tal intervenção ocorre em âmbito coletivo, diferenciando-se de um trabalho individual, de cunho psicoterapêutico e enfocando as dimensões sociológica, psicológica e fisiológica da sexualidade. Diferencia-se também da educação realizada pela família, pois possibilita a discussão de diferentes pontos de vista associados à sexualidade, sem a imposição de determinados valores sobre outros. PCNS (1997).

² Neste estudo o termo Orientação e Educação Sexual serão identificados pelas suas letras iniciais respectivamente (OE) e (ES).



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

CONSÓRCIO DOUTORAL

ISSN 1983-6783

as identidades de gênero e sexual, em função de uma noção heteronormativa do ser humano, biologizante, higienista ou da ordem da reprodução humana ou das doenças sexualmente transmitidas (DSTs e HIV). Nos casos em que a sexualidade é tratada em sala de aula, esta discussão ocorre através de aulas de ciências ou biologia ou, ainda, como aponta Fraga (2000):

Ao se tomar como ponto de análise a forma como os currículos escolares estão estruturados, é possível perceber que as questões relativas à sexualidade não aparecem de maneira explícita. Quando o tema precisa ser tratado, geralmente a instituição educativa recorre aos especialistas da área médica e/ou psicológica, organizando palestras ou oficinas. (p.136).

A temática desta pesquisa aponta para a importância de desenvolver uma abordagem mais igualitária e equânime de temas como gênero e sexualidade na Educação ou Orientação Educacional nas práticas escolares. Então, faz-se necessário também apontar o que Souza Santos (2001) propõe em relação às políticas públicas de gênero. A situação relatada pelo autor exige estabelecer o sentido das mudanças, que pretendem um caráter emancipatório para que as desigualdades de gênero sejam combatidas no contexto do conjunto das desigualdades sociais. Desta forma, a condução destas políticas devem pressupor práticas de cidadania ativa para a concretização da justiça de gênero, sobretudo pela responsabilidade do Estado de redistribuir riqueza, poder entre regiões, classes, raças e etnias, entre mulheres e homens entre outras.

Além destas temáticas de OS ou ES também serem pressupostos da democracia e dos direitos humanos, como aponta Louro (2001), é necessário que, nas escolas estes temas sejam praticados, através de um aprendizado contínuo e de forma sutil. No cotidiano da escola os meninos, as meninas, as jovens, os jovens, mulheres e homens aprendem e incorporam gestos, movimentos, habilidades e sentidos que também podem dar sentido ao exercício de suas sexualidades e gêneros. E, na escola, "currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação constituem-se em espaços da construção das 'diferenças' de gênero, de sexualidade" (LOURO, 2001, p. 88).

Rosemberg (2001) discorre sobre o tema Gênero nas políticas públicas no Brasil, em especial nos PCNs e no Programa Nacional de Direitos Humanos e destaca:

O Programa Nacional de Direitos Humanos e as reformas educacionais dos anos 1990 acolheram três itens antigos da agenda do movimento de mulheres/feministas brasileiro no plano da educação, com impactos variáveis: a inclusão educação/orientação sexual no currículo escolar; o combate ao sexismo no currículo escolar, especialmente nos livros didáticos; a expansão da educação infantil como forma de cuidado e educação da prole da mãe trabalhadora. (p.189)

Este estudo pretende analisar, a partir das produções acadêmicas de 2006 a 2015, como tem sido concebida a educação sexual neste período de estudos de autores brasileiros. Para tanto, a concepção pretendida nestes estudos preliminares sobre Educação Sexual nas escolas enfatiza a importância que, na atualidade, este tema se coloca em função de que adquiriu proporções para além do espaço familiar. Neste sentido, a escola pode ser um importante espaço de informação e intervenção sobre as questões de gênero e sexualidade. Por muito tempo, este era um assunto que transitava nos meios como um problema moral.

Entende-se que a Educação Sexual é de uma dimensão mais ampla e percebida como um problema de educação e saúde pública. A escola, entendida como um espaço de promoção e prevenção em educação de crianças e adolescentes, também deve ser um local privilegiado de implementação destas propostas educacionais em sexualidade de gênero.

Dessa forma, desponta no cenário das políticas públicas em educação a inserção da orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) na forma de tema transversal. Criados em 1996 pelo governo federal, os PCNs têm por objetivo estabelecer uma referência curricular nacional, para construir um parâmetro nacional de conteúdos desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. No Brasil, essa é a primeira vez que o tema orientação sexual ou educação sexual é oficialmente inserido no currículo escolar nacional. De acordo com esse documento, os



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

CONSÓRCIO DOUTORAL

ISSN 1983-6783

temas transversais organizam e exploram problemas fundamentais e urgentes da vida social tais como ética, saúde, meio-ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural.

Eles devem ser trabalhados, ao longo de todos os ciclos de escolarização, de duas formas: dentro da programação, através de conteúdos transversalizados nas diferentes áreas do currículo e como extracurricular, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema. Nos últimos anos, o termo “educação sexual” tem sido substituído por “orientação sexual” e frequentemente utilizado no campo da educação, inclusive nos PCNs (1998).

3. Metodologia

Este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo de revisão sistemática “definida como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões” (FERREIRA, 2002, p.257).

Quanto à revisão sistemática, Hearst, Grady, Barron & Kerlikowske (2003) descrevem que consiste em uma abordagem padronizada para identificar e apresentar aqueles estudos publicados – e, eventualmente, não-publicados – na literatura com relevância ao tema de interesse. Os procedimentos metodológicos comumente utilizados no processo de revisão sistemática incluem: (a) formulação da questão de pesquisa; (b) identificação dos estudos concluídos; (c) definição de critérios de inclusão e exclusão; (d) extração uniforme de características e resultados de cada estudo; (e) apresentação clara e uniforme dos resultados.

Uma revisão sistemática, de acordo com Munzlinger (2012), é um método de revisão bibliográfica do estado da arte. Também considera-se como um processo de apoio à condução de estudos. É um meio de identificar, avaliar e interpretar todas as pesquisas disponíveis, atuais e relevantes para uma questão de pesquisa específica, área temática, ou fenômeno de interesse. Ainda uma revisão sistemática tem como objetivos buscar fundamentação teórica relevante e levantar o estado da arte. Também pretende resumir e confrontar as evidências existentes sobre um dado assunto, tema, problema, além de proporcionar a busca de novas linhas de investigação e identificar lacunas que se evidenciaram, recomendando, então, pesquisas futuras.

A proposta metodológica de revisão sistemática demonstra, também, a crescente quantidade de produções acadêmicas e de pesquisas sobre as mais variadas áreas do conhecimento e a devolução e utilidade pública das informações e seu retorno à sociedade. Assim Pillão (2009) aponta, como justificativa para elaboração dessas pesquisas, o significativo crescimento numérico (aspecto quantitativo) e a diversidade de enfoques (aspecto qualitativo) da produção científica desenvolvida em torno de uma área em um determinado período.

Na mesma linha de entendimento, quanto à importância da pesquisa que tem como metodologia a revisão sistemática, Simó (2010) destaca que essas pesquisas recaem na necessidade de dar visibilidade às produções das áreas.

:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo (GIL, 2012, p.50).

Pretende-se, desta forma, como descreve o autor acima, identificar uma produção significativa e diversificada sobre a temática, neste sentido a pesquisa bibliográfica é um exaustivo estudo das produções acadêmicas sobre o tema escolhido.



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

CONSÓRCIO DOUTORAL

ISSN 1983-6783

Referências

ALTMANN, H. Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Revistas de Estudos Feministas**. Florianópolis, ano 9, 2º semestre, 2001.

_____. **Lei nº 9.394**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 26 de dezembro de 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

FERREIRA, N. S de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Revista Sociedade & Educação**, ano XXIII, n. 79, agosto de 2002.

FOUCAULT, M. **A História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1984, 1990, 1997.

FRAGA, A.B. **O bom-mocismo: o cotidiano de uma escola bem-comportada**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 22, nº 2, p. 15-46, n.2, jul./dez., 1997.

HEARST, N.; GRADY, D.; BARRON, H. Y. & KERLIKOWSKA. Pesquisas com dados existentes: Análise de dados secundários, estudos suplementares e revisões sistemáticas. IN: S. B. HULLEY; S. R. CUMMINGS; W. S. BROWNER; D. G. GRADY & T. B. Newman. **Delineando a pesquisa clínica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MUNZLINGER E. **Sistematização de revisões bibliográficas em pesquisas da área de IHC**. Dissertação de Mestrado. 2012. Universidade Federal de Campina Grande, 2012.

ROSEMBERG. F. A Educação Sexual na Escola. **Cadernos de Pesquisa**, n. 53, p. 11- 19, mai. 1985.

ROSEMBERG. F. **Políticas educacionais e gênero: um balanço dos anos 1990**. Rio de Janeiro: cadernos Pagu (16): p.151-197, 2001.

SANTOS, M. A. **Orientação sexual no 1º e 2º ciclos do ensino fundamental: uma realidade distante?** 2001. Monografia (Pedagogia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2001.

SILVA, S. M. P. da. **A mulher professora e a sexualidade no espaço escolar**. São Luís: Edufma, 2011.

SIMÓ, C. H. **O estado da arte das teses acadêmicas que abordam arte e inclusão: um recorte de 1998 a 2008 no Brasil**. 2010. 181f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Centro de Artes, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.